

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 11/SES/JRECURSOS/2022****PROCESSO Nº 1320.01.0117661/2019-04****JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

ASSUNTO: Recurso Administrativo – Processo de Auditoria Assistencial.

AUDITADO: Hospital São Vicente de Paulo

MUNICÍPIO: Rio Pomba

NMAA: Sudeste

URS: Ubá

SEI: 1320.01.0117661/2019-04

ATIVIDADE SISAUD: 608

RECORRENTE: Hospital São Vicente de Paulo (Presidente, Sr. J.C.O.G. e Diretor Clínico, Sr. S.O.T.)

RELATÓRIO

Trata - se de Auditoria Especial Analítica no Hospital São Vicente de Paulo do município de Rio Pomba, pelo Núcleo Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Noroeste/SRS Patos de Minas, de 04/11/2019 a 20/12/2019 e 22/01/2021 a 22/02/2021.

A auditoria em questão ocorreu em atendimento à demanda da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Sudeste, para verificação de possível irregularidade acerca da existência ou não de prontuário de atendimento, registrado em espelho de AIH faturada, no ano de 2017, a partir de dados apurados por meio do Relatório da Visita Técnica realizada na entidade em 23/05/2019.

Após emissão do Relatório Final de Auditoria foi originado o Ofício de Notificação SES/AUDSUS nº 58/2022, em virtude da seguinte constatação não conforme, seguida de penalidade, imposta nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Penalidade de Advertência.

Constatação nº: 603929 - Prontuário não apresentado referente à internação realizada pelo SUS conforme espelho de AIH aprovada nº 311710244094-7.

PARECER

Em princípio é importante apontar que quando do recebimento do relatório preliminar de auditoria, o ente auditado realizou, de forma equivocada, devolução do valor referente à constatação não conforme em questão, ao Fundo Nacional de Saúde, quando deveria fazê-la ao Fundo Estadual de Saúde – FES, conforme proposto no respectivo Relatório.

Desse modo, foi emitido o Relatório Final de Auditoria, e consequentemente a notificação, contendo a penalidade de Advertência Escrita, situação em que foi apresentado o Recurso Administrativo, ora em análise.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente.

1 - Constatação nº: 603929 - Prontuário não apresentado referente à internação realizada pelo SUS conforme espelho de AIH aprovada nº 311710244094-7.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“ Por meio de análise do Relatório da Visita Técnica realizada no Hospital São Vicente de Paulo de Rio Pomba em 23/05/2019, com o objetivo de confrontar os espelhos de Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs), ocorridas nas competências de janeiro a dezembro do ano de 2017, com a existência do respectivo Prontuário, foi constatado que no momento da Visita Técnica, não foi apresentado 01 (um) Prontuário correspondente à AIH nº 311710244094-7, paciente R.O.P. (referente à internação ocorrida no período de 19/08/2017 a 21/08/2017). Apresentado pelo prestador, cópia do relatório Susfácil do paciente R.O.P, número 124519667, datado de 19/08/2017, internação realizada às 11.03 hrs, sendo o Hospital São Vicente de Paula de Rio Pomba o estabelecimento solicitante e executor. Registrado no relatório Susfácil o número da AIH 3117102440947. ”

O Recorrente apresentou jus fica va alegando que foi encaminhado e-mail com informações e Espelho da AIH de nº 311710244094-7 contendo imagens de ícones de arquivos em PDF, visando comprovar que o fato apontado na denúncia não tinha procedência. Encaminhou cópia dos referidos documentos - documentos de defesa nº 46624954, páginas 77 a 86.

A despeito de haver a comprovação da solicitação da internação ao setor de regulação estadual, não foi anexada à cópia do prontuário referente à respectiva internação, documento que também não foi apresentado durante a ação de auditoria, sendo inclusive, fundamento para o apontamento da constatação não conforme em comento.

O prontuário médico é definido, conforme o Ministério da Saúde, como “todo acervo documental padronizado, organizado e conciso referente ao registro dos cuidados prestados ao paciente e também relacionados a essa assistência.”.

O Conselho Federal de Medicina/CFM, por meio da Resolução nº 1.638/2002, mais especificamente em seu art. 1º, traz a definição de prontuário médico “como o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a par r de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo”, determinando no art. 2º quem são os responsáveis pelo preenchimento/emissão.

O Departamento Nacional de Auditoria do SUS/DENASUS aponta (no Caderno 1 – Orientações técnicas sobre aplicação de glosas em auditoria no SUS) como motivo de glosa total a ausência de prontuário, baseando-se no Código de Ética Médica (art. 87) e na Lei Federal nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos em virtude da prática de atos que possam caracterizar improbidade administrativa.

Vejamos:

- Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, que contém o Código de Ética Médica:

(...)

Capítulo X - DOCUMENTOS MÉDICOS É
vedado ao médico:

(...)

Art. 87. Deixar de elaborar prontuário legível para cada paciente. § 1º O prontuário deve conter os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, assinatura e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina.

§ 2º O prontuário estará sob a guarda do médico ou da instituição que assiste o paciente do médico no Conselho Regional de Medicina.”

- Manual Técnico Operacional do Sistema – janeiro /2017 – Ministério da Saúde, SAS – Departamento de Regulação, Avaliação e Controle – DRAC, Coordenação – Geral de Sistemas de Informação – CGSI:

(...)

4. INFORMAÇÃO DO ATENDIMENTO HOSPITALAR NO SUS

(...)

4.4 EMISSÃO DA AIH

(...)

4.4.3 NUMERAÇÃO DE AIH No prontuário do paciente deve constar o número da AIH autorizada. ”

Desse modo, ante a não apresentação da cópia do respectivo prontuário médico, consideramos que a não conformidade apontada pela equipe de auditoria não foi jus ficada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar a irregularidade.

Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento para manter a penalidade de Advertência Escrita, imposta ao ente auditado.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidências das não conformidades aqui assinaladas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2022.